



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 001/17	Data: 22/05/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h42min

COLABORADOR

SÉRGIO CHACON – Redator-Adjunto do <i>Jornal da Constituinte</i>.
--

SUMÁRIO

Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.
--

Tópicos

1.Formação Acadêmica. 2.Vida profissional. 3.Atuação inicial na Câmara dos Deputados (1977-1990). 4.O período de trabalho na Secom (1990-2016). 5.O momento pré-Constituinte. 6.A elaboração da Constituinte. 7.O Congresso Nacional como Assembleia Constituinte. 8. Avaliação da Constituinte e resposta às críticas. 9.A participação na equipe do <i>Jornal da Constituinte</i> . 10.A seleção das notícias. 11.Censura. 12.O processo de trabalho. 13.O papel institucional do <i>Jornal da Constituinte</i> . 14. <i>Jornal da Constituinte</i> e a comunicação pública na Câmara dos Deputados. 15.O <i>Jornal da Constituinte</i> e os outros veículos de comunicação da Constituinte. 16.O <i>Jornal da Constituinte</i> e a mídia privada. 17.O engajamento do <i>Jornal da Constituinte</i> . 18.O <i>Diário da Constituinte</i> e a <i>TV Câmara</i> . 19.A divulgação do Legislativo como notícia. 20.Avaliação do <i>Jornal da Constituinte</i> . 21.Avaliação da comunicação na Constituinte. 22.O Programa História Oral.

1. Formação acadêmica

Eu estudei em Pederneiras¹ até o curso ginásial. Depois fiz curso clássico em Jaú e em Bauru. Na época, o segundo grau era o clássico, havia o clássico e o científico. Fui para a área de ciências humanas, que era o curso clássico. Na época, havia inglês, francês. Em 1971, prestei vestibular para cinema na Universidade de Brasília (UnB). Naquela época, era uma das poucas universidades que ofereciam vestibular no meio do ano. Vim para a UnB com intuito de fazer Cinema, mas o curso havia sido fechado, os professores tinham sido demitidos ou afastados. A coisa mais próxima de Cinema era o curso de Comunicação, que tinha televisão, rádio, relações públicas e jornalismo. Fui para o curso de Comunicação.

¹ Pederneiras-SP é a cidade natal de Sérgio Chacon. Jaú e Bauru são cidades próximas no mesmo estado de São Paulo.



Na verdade, não sabia exatamente o que ia fazer da vida. Enquanto alguns dos meus amigos iam fazer Medicina, Engenharia, eu pensava em alguma coisa assim, gostava muito de Letras. A advocacia não era muito o meu forte. Veio a história do curso de Cinema, por isso vim prestar vestibular na UnB. Outra coisa: estava fazendo um curso — cursinhos que tinham naquela época, curso Oswaldo Cruz, no interior de São Paulo — e aquele negócio não tinha fim. Como em São Paulo só tinha vestibular no início do ano, vim para Brasília prestar o vestibular do meio do ano. Passei e disse: “*Vou-me embora para Brasília e ver o que dá lá*”.

2. Vida profissional

No meu primeiro ano de faculdade, tive um professor que era também chefe de redação do jornal *O Estado de São Paulo* em Brasília. Depois, ele foi funcionário do Senado, foi Diretor-Geral do Senado, o Manoel Vilela de Magalhães. Ele me chamou para estagiar no *Estadão*, em 1972. Minha família é de São Paulo, eu era leitor do *Estadão* desde menino, então, para mim, foi muito gratificante começar como estagiário no jornal *O Estado de São Paulo*. Eles foram prorrogando meu estágio até me formar em julho de 1974, no meio do ano. Estagiei e depois, quando concluí o curso, fui contratado como jornalista profissional. Fiquei no *Estadão* por 14 anos, até 1986, na sucursal de Brasília. Na época, os jornais eram muito fortes. A sucursal em Brasília do jornal *O Estado de São Paulo* tinha 20 a 25 jornalistas. Como estagiário nessa sucursal, ocupei a vaga de Fernando Collor de Mello, que veio a ser Presidente da República e hoje [2017] é Senador.

Eu fazia a cobertura geral, era setorista de Ministérios em Brasília pelo *O Estado de São Paulo*, e comecei a acompanhar um pouquinho a política. Na cobertura da posse do ex-Presidente Geisel², estava como jornalista do jornal *O Estado de São Paulo*. Aí comecei a conhecer um pouquinho do Legislativo, a acompanhá-lo. Eram anos difíceis, de Ditadura. O Congresso funcionava muito pouco. O Senado Federal, por exemplo, não tinha iniciativa de leis, por isso era muito esvaziado. Na própria Câmara, havia poucas sessões. As Comissões funcionavam. Começava-se a discutir

² A posse do Presidente Ernesto Geisel ocorreu em 15 de março de 1974.



questões políticas, a reabrir a discussão política. Comecei a ter contato com a Câmara, a conhecer o Legislativo.

3. Atuação inicial na Câmara dos Deputados (1977-1990)

Entrei na Câmara em 1977, três anos depois de formado. Entrei por nomeação. Fui indicado, não havia concurso. Fui indicado ao Deputado Marco Maciel, que, na época, era Presidente da Câmara, em 1977³. Ele me nomeou jornalista para o quadro de funcionários da Câmara, mas comecei a trabalhar no gabinete dele. O Marco Maciel tinha sido Secretário-Geral da ARENA, partido do Governo na época. Comecei a trabalhar na Câmara, no gabinete da Presidência.

O Marco Maciel participou muito daquelas discussões que resultaram no início da abertura política, depois do Pacote de Abril, de 1977⁴. Entrei em setembro, e o pacote foi em abril de 1977. Em 1978, começaram as discussões pelo próprio Governo Geisel — o Petrônio Portela era o Presidente do Senado — sobre a abertura política. Começou-se a discutir a revogação do AI-5, o restabelecimento do *habeas corpus*, das liberdades democráticas⁵.

Devido à proximidade ao Dep. Marco Maciel, tinha acesso a informações privilegiadas sobre o que o Governo estava pensando em termos do ritmo dessa abertura, das medidas que se cogitava, como é que isso ia ser feito. De fato, em 1978, houve a primeira proposta de emenda constitucional do Presidente Geisel para a abertura política⁶.

Nos primeiros anos, fiquei com o pé em duas canoas: no jornal e na Câmara dos Deputados. Na época, tanto da parte da Câmara quanto do jornal *O Estado de São Paulo*, não existia incompatibilidade ou conflito de interesse no fato de se

³ Presidência de Marco Maciel na Câmara dos Deputados – 1977-1979.

⁴ Pacote de Abril é o nome dado um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Geisel, após o fechamento do Congresso por 14 dias. No conjunto foram 14 emendas constitucionais, três artigos novos e seis decretos-leis, que determinaram eleições indiretas para governador e para um terço dos senadores, ampliação do mandato presidencial e restrição de propaganda eleitoral, entre outras medidas. V. Pacote de Abril [<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>]

⁵ O Ato Institucional nº 5 foi revogado pela Emenda Constitucional nº. 11 de 13 de outubro de 1978, que restabelecia o *habeas corpus* e outros direitos políticos, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979.

⁶ Em 1978, além da Emenda Constitucional nº. 11, também foi aprovada a Lei da Segurança Nacional, Lei nº6.620, de 17 de dezembro de 1978, considerada mais branda do que a anterior, o Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969.



trabalhar no jornal e na Câmara. Isso era normal. Vários jornalistas trabalhavam em dois veículos. Alguns tinham um emprego público e uma atividade de jornalista privada.

Saí do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1986, quando começou a Constituinte, porque recebi um convite do *Correio Braziliense* para ser editor de política. Fiquei só o tempo da Constituinte no *Correio*. No dia em que a Constituinte estava terminando, eu deixei de trabalhar lá. No *Correio Braziliense*, como editor de política, só precisava trabalhar à noite, “fechar” o jornal. Durante o dia ficava aqui na Câmara, acompanhava atividades.

O *Correio* era um jornal prestigiado, por ser de Brasília e ter um forte conteúdo político. Como conhecia bem o Legislativo, eles valorizavam muito isso. A política daqui da cidade de Brasília começava a andar com as próprias pernas e a ter representação parlamentar. Ao mesmo tempo, começava o acompanhamento do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte aqui no Congresso Nacional. Aliás, destaco duas coisas desse período. Uma delas foi a primeira eleição de Brasília, em 1986⁷. Foi a primeira vez que Brasília elegeu Deputados e Senadores, porque não havia essa representação política. Isso foi coisa de Tancredo Neves. Como editor de política, acompanhamos essa primeira eleição dos primeiros três Senadores e oito Deputados Federais de Brasília. A segunda foi a eleição da Constituinte⁸ e os trabalhos da Constituinte, que acompanhamos durante dois anos.

A partir de 1988, 1990, concentrei-me exclusivamente aqui na Câmara. Em 1990, nós estávamos também no processo de fortalecimento da estrutura de comunicação da Câmara, porque até a Constituinte nós tínhamos basicamente um jornalzinho da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara (ADIRP), um boletim, que era mimeografado; o noticiário do programa *A Voz do Brasil*, que era feito nos 20 minutos que a ADIRP produzia; e o serviço de relações públicas. Durante a Constituinte, teve o *Jornal da Constituinte*, que era o jornal feito pela Câmara e Senado juntos.

⁷ A eleição de deputados e senadores para Brasília foi normatizada pelo Art. 3º da Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio 1985.

⁸ Nas eleições gerais de 1986, os parlamentares acumularam as funções de congressistas e de constituintes, ou seja, a eleição não foi exclusivamente para a elaboração da Constituição.



4. O período de trabalho na Secom (1990-2016)

A partir de 1990, vimos que havia um espaço também para crescer a comunicação da Câmara. Foi um período muito rico. Participei, por exemplo, da criação do primeiro *Jornal da Câmara*. Nós evoluímos, e o antigo boletim passou a ser uma *newsletter*. Estavam começando essas edições, a falar em computação, em edição de textos, naqueles programas de edição eletrônica, em veículos e tal. Tive o privilégio de acompanhar, primeiro, essa modernização do *Jornal da Câmara*, a criação e a implantação de um jornal tabloide diário da Câmara dos Deputados⁹. Depois, fui brindado com um convite do então Diretor da ADIRP, Alfredo Obliziner, para começar a discutir a ideia de uma televisão aqui para a Câmara dos Deputados.

A televisão foi um negócio importante que fizemos na Câmara. Participei da montagem da televisão. Foi nessa época, em 1988, 1990 ou 1992 — não me lembro exatamente a data — que a ADIRP se transformou em Secretaria de Comunicação Social¹⁰. Acho que o primeiro Diretor foi o Ronaldo Paixão Ribeiro. E o Ronaldo disse: *“Olha, nós estamos tendo uma série de projetos aqui, e um dos projetos mais importantes é o da televisão.”*

O Senado já começava a ter um núcleo de produção de TV. Nós começamos a bolar o que faríamos em termos de televisão. Mas tínhamos dificuldade de canal, porque naquela época só trabalhávamos com canais em VHF, não havia sinal no *spread* para uma TV legislativa. Quando veio a Lei do Cabo¹¹, vislumbramos uma oportunidade. Nós, os servidores da Câmara e do Senado, tivemos uma atuação, assim, como corporação do Legislativo, para incluir na lei da TV a cabo um dispositivo que previsse um canal para o Poder Legislativo. Na realidade, um movimento do pessoal da Câmara e do Senado, que disse aos Deputados: *“Olha, já que existem tantos canais, esse mundo de canais a cabo, tem canal para vender cavalo, para vender joias, para vender tapetes, para tudo, por que não colocamos também a*

⁹ O *Jornal da Câmara* foi criado em 1999 em substituição ao Boletim Informativo. V. Rocha, C. A cobertura jornalística na Câmara dos Deputados. **E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 3, n. 3, p. 108-116, 2009.

¹⁰ A Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (Secom) foi criada em 1998, pelo Ato da Mesa nº 96, que determinou a troca de nomenclatura da antiga Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (Adirp).

¹¹ Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995.



representação política, a representação parlamentar?”. Com a viabilização de um canal do Legislativo, fazia sentido uma estrutura de televisão. Tive o privilégio de coordenar o grupo de trabalho que começou a discutir a implantação da *TV Câmara*, 1997.

Michel Temer era Presidente da Câmara¹² quando inauguramos a *TV Câmara*, acho que em 1998 ou 1999¹³. Fui Diretor até 2003, 2004. Quando Aécio Neves assumiu a Presidência da Câmara¹⁴, deixei a *TV Câmara* e fui trabalhar numa CPI Mista, a CPI do BANESTADO. Fiquei um tempo fora, trabalhei no Senado, nessa CPI Mista. Fiquei lotado na 1ª Secretaria, porque eu fazia um trabalho também para Deputados e Senadores do PSDB. Voltei e assumi, pela primeira vez, a Direção da SECOM, em 2009, com o Presidente Michel Temer. Depois, voltei à Direção da SECOM, com o Presidente Henrique Eduardo Alves¹⁵, no período de 2013 a 2015. Fiquei um período também com o Presidente Eduardo Cunha¹⁶, durante 7 ou 8 meses.

Fiz a monografia de minha especialização¹⁷ em mídia do Legislativo sobre a CPI porque ela é um instrumento importante da ação parlamentar. Além disso, tinha de ser voltado para a mídia. Na realidade, a minha vida toda fez sempre um trabalho voltado para a mídia. Inicialmente, com jornal, depois com TV e com rádio também. Nós participamos também, logo depois que fizemos a TV, do grupo que criou a *Rádio Câmara*¹⁸. Foi logo em seguida. Um trabalho muito legal. Mas em rádio atuei pouco. Como radialista mesmo, eu trabalhei pouco. Minha vida foi mais voltada para o jornalismo escrito. Sempre fui mais de texto, de conteúdo.

Do trabalho na Câmara, considero que a estruturação da *TV Câmara* foi muito importante, mas também o trabalho como produtor de texto, produtor de conteúdo, porque eu sempre fui muito voltado à produção de conteúdo. Durante o período da Constituinte, o *Jornal da Constituinte* foi uma coisa de peso específico. Era um jornal

¹² Presidência de Michel Temer na Câmara dos Deputados – 1997-1999 (1º período); 1999-2001 (2º período); 2009-2010 (3º período).

¹³ A TV Câmara foi inaugurada em 20 de janeiro de 1998.

¹⁴ Presidência de Aécio Neves na Câmara dos Deputados – 2001-2002.

¹⁵ Presidência de Henrique Eduardo Alves na Câmara dos Deputados – 2013-2014.

¹⁶ Presidência de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados – 2015-2016.

¹⁷ Chacon, Sérgio. *Congresso, imprensa e opinião pública: O caso da CPMI dos Sanguessugas*. Especialização em Comunicação Legislativa. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2008.

¹⁸ A Rádio Câmara FM foi inaugurada em 20 de janeiro de 1999.



realmente relevante dentro do debate da Constituinte e fez de fato um acompanhamento. Talvez o acompanhamento mais preciso e detalhado do trabalho da Constituinte tenha sido, sem dúvida, feito pelo *Jornal da Constituinte*.

Na Secretaria de Comunicação, quando assumi em 2009, já tínhamos a Agência de Notícias trabalhando, a Agência *on-line*, e a página da Internet já estava consolidada. Fiz um trabalho mais de manutenção, praticamente de aparar arestas, de manter a coisa funcionando, de aprimorar o sentido da produção de conteúdos, de buscar uma imparcialidade para que todas as correntes estivessem representadas e todos tivessem voz. Havia sempre a preocupação de dizer que os veículos de comunicação do Legislativo são os que mais dão espaço à Oposição. A Oposição não tem espaço em lugar nenhum, em nenhuma mídia, como ela tem no próprio veículo do Legislativo. A mídia em geral, a mídia privada, faz uma opção, ela escolhe de que lado estar e a quem privilegiar. Nós tivemos sempre a preocupação de dar espaço para todas as correntes, para a diversidade, a variedade, o conflito de opiniões, enfim, para essa diversidade. Nós sempre valorizamos isso.

5. O momento pré-Constituinte

A Constituinte foi um momento muito especial para o Brasil e também para o Legislativo. Especial porque, depois daqueles anos de ditadura, daqueles anos de regime militar, houve um crescimento econômico do País muito expressivo. A televisão cresceu muito na ditadura militar, o País se integrou muito em comunicações durante a ditadura militar, mas houve uma paralização da atividade política. Quando terminou o regime militar — o último Governo Figueiredo, começou em 1980¹⁹, e já havia algumas coisas da abertura —, o Legislativo começava a recuperar espaço.

No início da década de 1980, houve uma reforma partidária que acabou com a ARENA e o MDB e criou novos partidos²⁰. Houve a anistia política, com a reintegração à vida política nacional de pessoas que estavam exiladas, que estavam fora da vida política, como Brizola, Miguel Arraes, aquele pessoal da esquerda. Trouxeram de volta os comunistas que estavam exilados e reabilitaram os partidos comunistas. O País viveu momento muito especial. O Legislativo ficou muito fortalecido, porque todas

¹⁹ João Baptista de Oliveira Figueiredo foi presidente do Brasil, de 1979 a 1985.

²⁰ Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.



aquelas medidas passavam pelo Legislativo. A Lei da Anistia²¹ foi aumentada e ampliada aqui no Legislativo. Você discutia a reforma política e a reforma partidária no Legislativo. Tancredo Neves foi eleito Presidente da República pelo Legislativo²². O Legislativo adquiriu um protagonismo histórico, recuperando aquele vazio que ele sofreu naqueles anos de ditadura militar.

Quando foi feita a convocação da Constituinte²³, o Legislativo estava fortalecido e a sociedade estava mobilizada, porque tinha havido o movimento Diretas Já, com o povo na rua. O povo achava que era ouvido e que a opinião dele era importante. Diante dessa participação popular, que de fato acontecia e de fato era intensa, o povo veio para o Congresso para participar da Constituinte.

6. A elaboração da Constituinte

O processo de elaboração da Constituinte foi o seguinte: Tancredo Neves, que foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, mas não tomou posse, tinha uma ideia e já tinha criado até uma comissão de notáveis, presidida por Afonso Arinos, que elaborou o anteprojeto de uma nova Constituição. Os detentores dessa ideia eram Tancredo Neves, Fernando Lyra e Afonso Arinos, entre outros. Fernando Lyra virou Ministro da Justiça de Tancredo e foi mantido por Sarney. Sarney seguiu boa parte das ideias de Tancredo, mas nem tudo que Tancredo defendia. Na presidência, Sarney imprimiu um modelo próprio, com as ideias dele. Na Constituinte, Sarney trocou muitas ideias com Ulysses Guimarães. Ulysses tinha realmente uma formação intelectual muito consistente, era um sujeito que lia muito, que conhecia a democracia, que conhecia os clássicos gregos, romanos, franceses, era um cara que citava Baudelaire no meio de uma entrevista. Ele realmente tinha bagagem cultural. Ulysses disse: *“Nós vamos fazer uma Constituinte aqui. E não tem um projeto pronto. Nós vamos começar do zero. Não tem nada de reunir uma Constituinte para votar um projeto “x”. Nós vamos fazer esse projeto”*.

O processo de elaboração da Constituinte dispensou aquele projeto inicial da comissão de notáveis nomeada por Tancredo e presidida por Afonso Arinos. Fez-se

²¹ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

²² Sessão do Colégio Eleitoral no Congresso Nacional, de 15 de janeiro de 1985.

²³ Mensagem Presidencial nº 330, de 28 de junho de 1985.



um processo de síntese. Primeiro, chamou-se todo mundo, representantes de todos os segmentos. Havia cerca de 30 subcomissões²⁴. Começou-se com vários projetos, vários projetos, um para cada setor, sobre cada tema, e foi-se juntando, depurando-se, estabelecendo-se consensos. Foi um processo riquíssimo, muito interessante

Naquela época, o Ulysses Guimarães estava forte, o regime estava forte, o Sarney estava com popularidade, havia uma crença no sistema político, a sociedade acreditava no sistema político, por isso não houve resistência a essa nova maneira de elaborar uma constituição. Partiram para aquele modelo de chamar os diversos segmentos e dizer: *“Olha, vem cá, nós vamos tratar aqui de ordem econômica”*. Para discutir ordem econômica, chamaram os empresários, chamaram os agricultores, chamaram os industriais, chamaram os sindicatos. Para tratar de ordem jurídica, chamaram a OAB, chamaram os juristas, chamaram o Poder Judiciário, os procuradores. Fizeram isso para ver como poderiam organizar essas coisas da sociedade.

Isso não eliminou as pressões. Ao contrário, trouxe as pressões aqui para dentro. Mas era um processo riquíssimo, porque estava todo mundo aqui dentro, discutindo. Naquelas Comissões iniciais, era um processo mais civilizado. Todos traziam propostas. Depois, é claro que a coisa foi avançando. Quando começa a afunilar, quando começa a optar por ir por aqui ou por ali, é claro que as pressões se intensificam. Por isso a Constituinte durou dois anos. Se fosse para votar um projeto pré-elaborado, em três meses colocava-se isso no plenário, votava-se e estaria aprovado. Mas, quando se vem de um processo de subcomissão, depois se vai afinando, restringindo.

Também foi um processo riquíssimo de participação popular, porque a sociedade acreditava e porque o processo permitia a participação. O processo era feito para isso. Havia emendas populares, trazidas por grupos da sociedade. Quem não trazia emenda popular com aquele monte de assinaturas²⁵, sentava-se à mesa das Comissões para discutir, para dar suas ideias e suas propostas verbalmente mesmo. Podia não haver aqueles dois milhões de assinaturas, mas havia o peso da

²⁴ A Assembleia Constituinte teve 24 Subcomissões Temáticas e 8 Comissões Temáticas.

²⁵ As emendas populares deveriam ser subscritas por trinta mil eleitores e patrocinadas por pelo menos três entidades legalmente constituídas, limitando o número de projetos a serem propostos a três por eleitor.



representatividade, de uma organização da sociedade civil, de uma representação, de um segmento expressivo da sociedade.

7. O Congresso Nacional como Assembleia Constituinte

Tinha havido ali uma ruptura política, o fim do regime militar, e o que se avaliou na época foi que, se fossem fazer uma Constituinte exclusiva, estariam correndo algum risco quanto à estabilidade democrática do País, que estava saindo de um regime militar e entrando num processo de retomada das liberdades civis e da atividade política. Mas ainda existiam forças conservadoras ligadas aos militares em vários segmentos. Tancredo ficou doente. Na hora da posse de Sarney, o que fizeram? Quem eles chamaram? Chamaram o Leônidas Pires, que era o Ministro do Exército para consultá-lo se o Sarney deveria mesmo ser empossado na Presidência. Havia quem defendesse a posse do Deputado Ulysses Guimarães, em caráter provisório, com a missão de convocar nova eleição de Presidente. Havia, assim, certa cautela. Os dirigentes políticos preferiram não zerar o processo, fazer uma eleição geral para uma Constituinte exclusiva. Tanto é que, nessa Constituinte de 1988, 27 Senadores, um terço, não tinham sido eleitos em 1986. Eles eram remanescentes da eleição de 1982. Mas eles foram aceitos como Constituintes, igualaram-se e votaram como os outros que foram eleitos em 1986, porque se tratava de um Congresso com poderes constituintes²⁶.

Talvez, com uma Constituinte exclusiva, o processo pudesse ter sido mais interessante. Mas uma coisa é verdade: a Constituinte era cumulativa com o Congresso ordinário, mas o Congresso praticamente não funcionou durante o período da Constituinte. A atividade da Constituinte era tão intensa, tão forte, que o Congresso legislou muito pouco em matéria ordinária durante aquele período.

De qualquer maneira, foi um processo interessante, apesar desse terço de Senadores não eleitos com a finalidade de elaborar a Constituição. Apesar dessa cumulatividade do Congresso ordinário com o Congresso constituinte, o processo da

²⁶ A Assembleia Nacional Constituinte foi composta de 594 Parlamentares, sendo 559 titulares e 35 suplentes, assim representados: a) 512 Deputados, sendo 487 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 e 25 suplentes; b) 82 Senadores, sendo 49 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986, 23 eleitos em 1982, além de 10 suplentes.



Constituinte foi muito rico, foi um processo realmente de participação popular. Estava todo mundo aqui dentro, todo mundo discutindo, o próprio País discutia o seu futuro, e todas as questões foram postas na mesa.

8. Avaliação da Constituinte e resposta às críticas

Na Constituinte há vários temas a destacar. Houve a discussão das questões sociais. O SUS (Sistema Único de Saúde) foi criado pela Constituinte de 1988²⁷. A partir de 1988 é que passou a ser obrigação do Estado garantir saúde, assistência médica a toda a população²⁸. Antes não era assim.

A discussão da ordem econômica foi muito profunda. Alguns acusaram a ordem econômica criada pela Constituinte de estatizante demais. A definição de empresa nacional era a da empresa que tinha sede no País²⁹. Colocou-se o monopólio do gás na mão dos Estados, o monopólio do petróleo na mão da União, o monopólio da energia nuclear na mão da União³⁰. Houve uma série de parâmetros, uma série de decisões da Constituinte que se fazem sentir até hoje. Essa questão do SUS é relevante, a questão da educação, a questão da obrigação do Estado de assegurar educação³¹. Pode-se dizer que muita coisa não foi cumprida, é verdade, mas melhorou muito. É inegável que se passou a ter a Seguridade Social, a assistência médica. De lá para cá, se o sujeito tem um acidente de trânsito, qualquer coisa, o hospital público o atende, tendo ou não INSS, sendo rico ou pobre. O sujeito não fica sem assistência. O trabalhador rural tem um acidente, machuca-se com uma máquina, chega ao hospital público e é atendido. Isso é obra da Constituinte de 1988.

Portanto, houve de fato um ganho. Olhou-se muito para a realidade social, olhou-se muito para a realidade do País. Mais do que ao processo, houve críticas ao produto final, a Constituição. *“Isso é muito grande, tem 200 artigos, tem não sei quantos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias”*³². Sim, mas isso foi o fruto daquele momento em que estávamos vivendo.

²⁷ V. Seção II, Artigos 196-200.

²⁸ V. Capítulo II, Artigo 6º;

²⁹ V. Artigo 171.

³⁰ V. Artigo 177.

³¹ V. Capítulo III, Seção I, Artigos 205, 208.

³² A Constituição de 1988 era originalmente constituída de 245 artigos. O Ato das Disposição Constitucionais Transitórias constava de 70 artigos.



Nós demos azar. Naquele mesmo momento os Estados Unidos tiveram o Presidente Ronald Reagan³³ e a Europa teve Margaret Thatcher³⁴. O conservadorismo inglês deu a guinada para a direita nos Estados Unidos, e, na Europa, estava havendo o fim da socialdemocracia europeia. Estava começando a cair a socialdemocracia europeia no momento em que estávamos fazendo uma Assembleia Constituinte que era quase socialista. Estávamos, de certa forma, na contramão. Mas isso não foi culpa nossa. Nós estávamos discutindo o que a sociedade queria. Naquele momento, a sociedade queria que o petróleo fosse monopólio da União, que o gás fosse monopólio dos Estados.

No mundo, como em tudo, há ondas, há ciclos. O mundo é assim: numa época está mais à direita; em outra época está mais à esquerda. Naquela época, a Europa estava num momento de estagnação econômica, estava tendo surtos inflacionários. Por isso estavam desmontando a socialdemocracia e partindo para um modelo mais conservador. Não é que estivéssemos na contramão da história, estávamos no nosso momento. Nós já vínhamos de um momento conservador. No regime militar, o Ministro da Fazenda era Delfim Netto³⁵, e o do Planejamento era Roberto Campos³⁶, pessoas ligadas ao liberalismo econômico. Como estávamos num regime mais conservador, era natural que partíssemos para uma coisa de cunho mais social, mais preocupada com as nossas maiorias desassistidas, com a maioria que tinha um salário mínimo muito baixo, com o meio rural, que era abandonado e não tinha condição nenhuma. A questão não é mão ou contramão, é fluxo e contrafluxo.

A minha avaliação da Constituinte é positiva. A Constituição não afetou minha vida pessoal. Afetou a vida do País. A estrutura do País mudou. Não podemos ter uma visão de curto prazo. Na época, quando terminou a Constituinte, a Carta estava valendo, diziam: *“Essa Carta vai inviabilizar o País. O País vai quebrar”*. Há os ajustes,

³³ Ronald Reagan foi presidente dos Estados Unidos no período de 20 de janeiro de 1981 a 20 de janeiro de 1989.

³⁴ Margaret Thatcher foi primeira-ministra do Reino Unido no período de 4 de maio de 1979 a 28 de novembro de 1990.

³⁵ Antonio Delfim Netto foi ministro da Fazenda dos governos militares de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1973), e ministro da Agricultura do governo Figueiredo (1979-1984).

³⁶ Roberto de Oliveira Campos foi ministro extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica do governo Castelo Branco, no período de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.



mas todo mundo tem o direito de testar e de experimentar. Depois, vai-se corrigindo e ajustando no seu devido momento.

Estabeleceram-se na Constituição as condições, por exemplo, para a reforma agrária. Esse é um processo normal, tranquilo. Está prevista na lei a reforma agrária: vai ser assim³⁷. Deixou de ser questionada na Justiça uma desapropriação para fins de reforma agrária. Estabeleceram-se algumas bases jurídicas importantes para uma sociedade mais democrática e mais justa. Não sei se fizemos as bases para um desenvolvimento econômico tão intenso. Se tivéssemos optado por um regime um pouco mais liberal, talvez nosso crescimento econômico tivesse sido mais intenso, mas o crescimento econômico intenso nem sempre significa melhoria das condições de vida das maiorias. Nós tínhamos e temos ainda grande contingente populacional carente de assistência, de educação, de saúde, enfim.

Na Constituinte, algumas questões foram apenas tangenciadas. Elas foram até bastante debatidas, mas, nas soluções finais, foram tangenciadas. Eu não sei se foi por causa do perfil das pessoas que fizeram a nova Constituição, mas acho que a Constituição não entrou muito nessas questões de foro íntimo, das regras comportamentais. Mas deu-se liberdade, liberdade religiosa. Deu-se margem para que se faça o aborto. Tanto é que hoje os conservadores querem colocar na Constituição alguma coisa mais proibitiva contra o aborto, os ditos liberais querem alguma coisa que libere tudo. É sinal de que ficamos no meio termo, de que há espaço para uma convivência e para um debate democrático. Acho que isso é importante. Dizem: “*A Constituição tinha que permitir amplamente o aborto*”. Veja, ela não proíbe o aborto, ela o permite³⁸. É questão de consciência de cada um. Ela permite a liberdade religiosa. Ela proíbe a discriminação de sexo, de raça, de religião, de crença³⁹. Enfim, o espírito foi democrático. Lembro-me até de o Dr. Ulysses citar aquele lema dos franceses: *igualdade, liberdade e fraternidade*. A Constituição tem muito disso.

³⁷ V. Capítulo III, Artigos 184-189.

³⁸ A Constituição de 1988 não trata diretamente do aborto voluntário, embora o tema tenha sido discutido intensamente no período da Constituinte, com a apresentação de 51 sugestões e 97 emendas.

³⁹ V. Capítulo I, Artigo 5º.



A crítica que mais se fez à Constituição na época foi mais pela questão econômica, pelo que se dizia ser um viés estatizante e de intervenção na economia. Eu concordo em parte. Em algumas coisas, não se poderia amarrar tanto. Sabe por quê? Porque fizemos uma Constituição muito detalhista em relação aos direitos. Algumas coisas ficaram muito rígidas. Nós temos 40 dispositivos que tratam de direitos do cidadão, do trabalhador, do empresário. A Constituição é o lugar adequado para botar isso? Ou é mais interessante deixar isso com uma certa flexibilidade, para que, no decorrer do tempo, de acordo com as necessidades do País, da sociedade, tenha-se liberdade para ajustá-la? Quando se amarra alguma coisa na Constituição, fica complicado. Por exemplo, havia um dispositivo que fixa os juros de 12% ao ano, que era brincadeira⁴⁰. Foi um dispositivo aprovado com boa intenção. Mas falar em juro de 12% quando a inflação é de 400% ao ano soa irreal⁴¹. Fica difícil aplicar o que está na Constituição. Quando se cria uma lei que não se consegue aplicar, desmoraliza-se a lei e quem a fez. Dessa maneira, desmoraliza-se a legislação e o Legislativo.

Uma coisa que aprendemos aqui no Legislativo é que há questões políticas que, às vezes prevalecem. O legislador sabe que não é por ali, sabe que não é o correto, mas as pressões populares e a conjuntura levam-no a votar daquele jeito. Acho que muita gente tem consciência, mas como todo mundo tem que pensar na próxima eleição, na sobrevivência política, como todos devem explicações aos seus eleitores, às pessoas que formam o seu círculo político, acontece o seguinte: não é o melhor, mas vai ser assim mesmo, porque não há condições de mudar. Quantas coisas assim não temos na nossa legislação? Não somos anglo-saxões, racionais, precisos, matemáticos, que têm segurança sobre como devem ser feitas as coisas. Aqui somos mais ou menos assim: nem o veado morre nem a onça passa fome, entendeu? *“Vamos dar um jeito nesse negócio, para que não se leve o outro ao sacrifício.”* Tem de se encontrar um meio-termo com que todos sobrevivam, de modo que haja espaço para que os antagônicos sobrevivam e que cada um cuide de seu negócio.

⁴⁰ V. Capítulo IV, Artigo 192, Inciso VIII, Parágrafo 3º.

⁴¹ A inflação acumulada do ano de 1987 foi de 415,83% e de 1988 foi de 1.037,56%. Cf. Dinheiro - almanaque.folha.com.br



9. A participação na equipe do *Jornal da Constituinte*

A montagem da equipe do *Jornal da Constituinte* foi, basicamente, com a equipe que nós tínhamos aqui na Câmara. Era a equipe dos jornalistas da Câmara e do Senado, que compartilhavam a responsabilidade da edição. Havia as pessoas que faziam o programa *A Voz do Brasil*, e o resto do pessoal que trabalhava com texto — repórteres, editores, revisores, fotógrafos — se engajou no processo do *Jornal da Constituinte*. A equipe realmente não foi montada. A equipe já existia na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lembro-me de que, no início de 1988, quando já estávamos na reta final da Constituinte, entrei para a equipe do Jornal. No início estava muito voltado para a questão do *Correio Braziliense*, não tinha tanta disponibilidade de tempo, de horário à noite para participar mais do jornal. O convite para trabalhar no Jornal foi do Alfredo Obliziner, que era o Diretor de Comunicação da Câmara dos Deputados, da ADIRP, e conduzia, basicamente, o jornal, acompanhava tudo. Ele trabalhava no *Correio Braziliense* também.

10. A seleção das notícias

Tínhamos uma equipe de repórteres que produziam várias matérias. Há sempre uma norma. Hoje, com a informática, com os meios eletrônicos, é um pouco diferente, mas na época ocorria que o jornal tinha um espaço limitado de páginas para preencher e a norma era a seguinte: sempre que se fechava um jornal, jogava-se um outro fora. Quer dizer, sempre se produz o dobro ou o triplo de material que cabe nas páginas que vão ser publicadas. O processo de muitos dos jornalistas é, primeiro, apurar a matéria; depois, dar um formato àquilo e estabelecer prioridades do que vai ser publicado e como se vai publicar. O que é mais relevante? Ora, havia de 40 a 80 matérias por dia na Constituinte. Você ia a um lugar, havia um índio discutindo; em outro, havia um trabalhador; em outro, havia um empresário; em outro, havia um cientista; em outro, havia movimento LGBT. Tudo isso ao mesmo tempo, concomitante, simultâneo aqui dentro. Dessa forma, tínhamos, primeiro, que fazer o acompanhamento daquelas atividades, obter material, foto, texto daquilo tudo, depois decidir: dentro desse mar de coisas, dessa montanha de assuntos que existe, o que



é mais relevante? A que nós vamos dar prioridade? As decisões eram tomadas como através de conversas. Eu tinha a minha avaliação, o Ronaldo⁴² e o Paulo⁴³ tinham as avaliações deles, e o Alfredo⁴⁴ tomava a decisão final. Quando nós não tínhamos um consenso, nós íamos ao chefe: *“Afinal, o que nós vamos publicar na primeira página? Qual será a capa do jornal? O que é mais relevante para a capa do jornal?”*. Tínhamos um volume imenso de matérias, enfoques diversos: *“Nessa briga de índio contra produtor rural, quem é que nós vamos colocar na cabeça aqui? Alguém tem razão nessa história? Nós vamos tomar partido ou não vamos? Qual é o enfoque?”*.

Nós tínhamos que publicar aquilo que estava acontecendo, o que era mais relevante. Mas quem decidia o que era relevante éramos nós. Havia pouca interferência política. Às vezes, você recebia recomendações: *“Olha, não deixa de divulgar este assunto. Às vezes, você não está vendo a importância que isso tem”*. Em relação à discussão das medidas provisórias, por exemplo. Medida provisória era um negócio que não existia. Nós vínhamos da ditadura, que tinha o tal do decreto-lei, que era um decreto com valor de lei. Essa medida provisória foi um mecanismo jurídico que se importou do regime parlamentarista — acho que do italiano, se não me engano⁴⁵. Às vezes, para o jornalista que estava cobrindo, - o jornalista não é um especialista, ele é um generalista – a pessoa dizia assim: *“Olha, presta atenção: aquele cara lá veio falar sobre medida provisória. Deem uma atenção, porque isso vai crescer”*. Às vezes, você não avalia, não aquilata, num primeiro momento, a importância daquele tema, o quanto aquilo vai crescer, e depois vira uma das coisas mais importantes. Havia, assim, uma certa interferência. É claro que se tem que ouvir. Uma das coisas da comunicação, do jornalismo, é ouvir e saber avaliar os palpites, as sugestões que sejam efetivamente boas. A pessoa diz: *“Houve uma reunião lá na casa do Dr. Ulysses, com Fulano, Fulano e Fulano. Preste atenção àquela reunião. Vocês não deram a devida atenção, mas aquilo ali teve importância, porque ali se conversou sobre tais e tais temas e se definiu...”*.

⁴² Ronaldo Paixão Ribeiro, secretário de redação do Jornal da Constituinte.

⁴³ Paulo Domingos R. Neves, secretário de redação ajunto do Jornal da Constituinte

⁴⁴ Alfredo Obliziner, editor do Jornal da Constituinte.

⁴⁵ V. Seção VIII, Subseção I, Artigo 59, Inciso V; Subseção III, Artigo 62.



11. Censura

Não teve censura no *Jornal da Constituinte*. Cada um tinha as suas responsabilidades e era ciente delas. Os episódios de censura que nós sofremos depois, essas tentativas de censura — eu mesmo sofri algumas, participei de alguns episódios assim — foram episódios tão pequenos, tão irrelevantes, foram picuinhas, coisas mesquinhas. Depois nós olhamos para trás e falamos assim: “*Fizeram um carnaval por essa besteira?*” É uma coisa que absolutamente não influi no processo, não faz ninguém nascer nem morrer, não influi na vida de ninguém, são pequenas vaidades. Em geral, o processo de censura, de interferência, é mais questão de vaidade de Fulano. “*Você tinha que ter dado mais espaço. Fulano quer aparecer, quer falar, e você entrevistou o outro, que é adversário dele*”. São questões tão pequenas. Não são grandes questões. Quando se tem esses episódios de tentativa de manipulação de mídia, vê-se que, no fundo, são questões menores, quase irrelevantes. Elas só são importantes e relevantes para determinado cidadão que se julga mais importante que os outros, que se julga o máximo. No geral, isso não fede nem cheira, não faz diferença para a maioria das pessoas, não interfere na vida de ninguém, não gera emprego nem tira emprego.

12. O processo de trabalho

O processo da Constituinte era, até fisicamente, estafante, porque eram votações sem fim. Muita gente colocava em dúvida se de fato iríamos chegar ao fim daquele processo de votação antes do final da legislatura. A Constituição tinha duzentos e tantos artigos. Para cada artigo daqueles eram “n” votações, porque se votava o texto principal, havia o destaque para retirar a expressão tal, o destaque para retirar o parágrafo tal, o destaque para acrescentar não sei o quê, para colocar uma vírgula. Para cada coisa dessa era uma votação nominal, da Câmara e do Senado. Era aquela coisa: avançava, avançava, avançava, e chegávamos ao art. 30. Avançava, avançava, avançava, e chegávamos ao art. 50. Você pensava: “*Será que vai dar tempo? De repente, vai acabar a Legislatura, e nós vamos estar ainda discutindo esse negócio*”. O País, de certa forma, estava parado ou acompanhando aquilo tudo, esperando o desfecho da Constituinte. Tínhamos que fazer um acompanhamento de tudo isso.



Dessa maneira, tínhamos as seguintes coberturas: primeiro, acompanhávamos todas as atividades das Comissões e os personagens importantes da Constituinte — o Presidente da Constituinte, o Relator da Constituinte, os Líderes dos partidos. Às vezes, estávamos acompanhando uma reunião de Comissão, estávamos vendo aquela discussão até certo ponto estéril, mas nos bastidores os Líderes já estavam costurando um acordo sobre aquele tema. Aquilo, de repente, chegava à Comissão, e falávamos: *“Opa, espera! Esse negócio estava numa discussão que parecia sem rumo, de repente temos uma fórmula perfeita, acabada, já com consenso”*. Por quê? Porque tínhamos essa cobertura. Havia gente acompanhando os Líderes partidários, acompanhando as pessoas importantes da Constituinte e acompanhando aquele dia a dia do trabalho das Comissões. E perguntavam: *“O que entrou de emenda? Chegou um grupo que protocolou uma emenda na Comissão tal. Olha, um grupo esteve lá discutindo com o Relator”*. Tínhamos, de fato, uma equipe grande, o que permitia o acompanhamento de todas as áreas, uma cobertura completa.

A primeira pauta era a agenda da Constituinte. A segunda era a agenda dos Presidentes, do Relator. A partir disso, nós distribuíamos o trabalho do repórter. Sempre havia gente que ficava sem uma missão definida e detalhada, porque, de repente, surgia um fato novo. Prevíamos quinhentas coisas, mas dez que não estávamos prevendo passavam a acontecer. De repente, chegava um grupo de sindicalistas com uma proposta para a questão da hora extra, que não estava na pauta, e nós tínhamos que cobrir, tínhamos que deslocar gente para lá, para cobrir, acompanhar, ver a relevância do assunto, ver a procedência, o peso específico daquilo, o peso político daquela proposta, como ela havia sido recebida, a chance de evoluir, o que o Relator havia achado daquela proposta, em princípio. *“Ele achou boa? Ficou de estudá-la?”*. A partir desse acompanhamento detalhado, do passo a passo, desse acompanhamento de tudo o que acontecia é que tínhamos uma visão mais ampla, mais profunda e podíamos realmente noticiar em profundidade, noticiar com detalhes toda a riqueza desse trabalho da Constituinte.

13. O papel institucional do *Jornal da Constituinte*



O *Jornal da Constituinte* tinha grande tiragem⁴⁶. Ele era mandado para todo mundo — entidades nos municípios, nos estados, nas cidades, para igrejas, sindicatos, associações de classe —, todo mundo recebia esse jornal. Dessa forma, tínhamos que procurar ser fidedignos, dar uma ideia o mais próximo possível do que realmente acontecia na Constituinte. E dar com isenção, para não tomar partido nem desse nem daquele. Quando você vai cobrir um assunto, você tem que se policiar para não tomar o partido de nenhum dos lados. Você tem que estar o tempo todo que precisa ser isento. O jornalista tem que ser isento, tem que ouvir os dois lados. O tempo todo você tem que se policiar para ser realmente isento. Mas, na hora de editar um material, na hora de colocar na página isso que ficou para a história, o que está aí, você tem que pensar: “*Bom, como é que nós vamos divulgar isso?*”

Também a questão da legitimação do Parlamento é uma preocupação constante. A legitimação é um dilema de toda representação popular. A todo momento se está questionando a legitimidade da representação popular ou a legitimidade daquelas leis votadas e aprovadas. Como comunicadores do Legislativo, sempre temos essa preocupação de dar uma divulgação adequada e de mostrar para a sociedade que as discussões são relevantes. Se a Constituinte estava demorando dois anos, não é porque ninguém estava trabalhando. É o contrário: é porque se trabalhava muito e se fazia um trabalho extremamente criterioso, para não se fazer besteira, não prejudicar direitos e não deixar ninguém de fora do processo. Acho que tínhamos essa preocupação, que é de todos nós do Legislativo, com a legitimidade da representação popular e com o trabalho dos Parlamentares.

Dessa maneira, buscou-se ser fidedigno na narrativa e no acompanhamento do trabalho da Constituinte, aprofundar o debate de cada tema, mostrando até nuances. A grande imprensa não tinha espaço suficiente para discutir todos os temas aqui. Muitas vezes também não tinha interesse, pois um jornal tem um enfoque mais econômico, outro tem o enfoque mais policial. Enfim, cada um tem a sua área de interesse. A grande imprensa não tinha como fazer um trabalho exaustivo de cobertura da Constituinte, mas nós tínhamos. O *Jornal da Constituinte* era focado nisso. Divulgávamos discussões que não saíam na grande imprensa, na grande mídia,

⁴⁶ O *Jornal da Constituinte* teve uma tiragem de 40 mil exemplares, inicialmente, e chegou a 100 mil exemplares, em sua tiragem final.



mas era importante para nós mostrar que aquilo estava sendo discutido. Por quê? Porque sempre há grupos da sociedade, segmentos da sociedade interessados naquele tema. Às vezes, o cara lia o jornal ou via os noticiários da TV e se perguntava: “*Cadê? Os caras não estão discutindo isso?*” Quando você faz isso de maneira correta, adequada, dosada, com critério, ao mesmo tempo você está legitimando e fortalecendo o trabalho da Constituinte. Se você faz uma cobertura ligeira, fala rapidamente sobre isso, isso e isso, alguém pode indagar: “*Vem cá: esses caras passam lá o dia inteiro, a semana inteira para discutir isso?*” Quando você julgava que um tema já estava resolvido ou suficientemente debatido e pronto para ser aprovado, não era bem assim, porque havia forças ali ainda se movimentando, havia debates paralelos, discussões.

14. *Jornal da Constituinte* e a comunicação pública na Câmara dos Deputados

O *Jornal da Câmara* foi criado em 1998, mas o *Jornal da Câmara* já é resultante de outras publicações da ADIRP anteriores à própria Constituinte. Houve o *Câmara Hoje*, o *Câmara Notícias*, o *Hoje na Câmara*, de outros veículos que funcionavam, que faziam o mesmo papel do *Jornal da Câmara*, porém com outros nomes. Não me lembro exatamente, mas acho que foi *Hoje na Câmara*, *Câmara Hoje*, *Câmara Notícia*. Era um tabloide, em formato de *newsletter*, que evoluiu ao longo do tempo e teve vários nomes, até chegar a esse nome, de *Jornal da Câmara*. Houve uma época também, quando se inventou esse negócio de editoração eletrônica aqui no Brasil — isso começou em 1989, 1990 —, em que era moda fazer *newsletters*, que se editavam muito rapidinho. Eram umas coisas mais enxutas e que não eram chamadas propriamente de jornais. Passamos a ter esse nome, de *Jornal da Câmara*, *Jornal do Senado*, em 1998, mas não quer dizer que, nesse período de 1988 a 1998, não tivéssemos um veículo impresso de divulgação da Câmara. Tivemos veículos impressos de divulgação das atividades da Câmara, porém eles tinham outros nomes.

O *Jornal da Constituinte* seguiu uma receita que o jornalismo da Câmara já tinha, quando fazia aqueles antigos boletins. Dessa forma, não dá para dizer que o *Jornal da Constituinte* foi decisivo para impactar o jornalismo do Poder Legislativo ou o jornalismo que se fez na Câmara, porque ele já refletia um pouco o compromisso



que tínhamos de noticiar as coisas com equilíbrio, de não cair no jogo de especular nem no jogo de interesse de ninguém, de não ceder e não permitir que os veículos de comunicação da Casa fossem usados por quem quer que fosse com outros objetivos além de informar adequadamente a sociedade, de divulgar a atividade parlamentar, divulgar a atividade legislativa, para que a sociedade soubesse o que estava acontecendo, o que foi votado e quais medidas foram adotadas. Acho que isso vinha desde antes do *Jornal da Constituinte* e continua até hoje. Essa é a ideia de você ser isento. Veja, nos últimos anos, sobretudo, isso se tornou mais complicado, porque passamos a ser muito mais pressionados do que éramos naquela época da Constituinte. Por exemplo, a gente recebia sugestões, ideias, propostas: “*Olha, faz isso. Entrevista o Fulano, porque ele está fazendo um trabalho importante. Acho que vocês não estão dando a devida atenção para esse personagem, para esse tema*”. Mas não era uma coisa obrigatória, era uma discussão aberta, democrática.

15. O *Jornal da Constituinte* e os outros veículos de comunicação da Constituinte

Todos os textos do *Jornal da Constituinte* iam para a rádio, para a divulgação no programa *A Voz do Brasil*, para a rádio, e iam também para o *Diário da Constituinte*, que tinha uma equipe limitada, e eram 5 minutos. Eles tinham que realmente focar algumas questões. A fonte era o *Jornal da Constituinte*.

Exatamente como é hoje. Hoje todo mundo diz: “*Ah, você está na Internet.*” Hoje, a comunicação interpessoal é muito mais intensa. As pessoas não leem mais os jornais, mas elas leem as notícias pelo Facebook, pelo Twitter, pelo Instagram, não sei o quê. É verdade. Mas os produtores originais de conteúdo, as matrizes, continuam sendo os mesmos. Tudo o que circula é alguma coisa que *O Globo* fez, que a *Folha de S.Paulo* produziu, que o *Estadão*, que a TV Globo, que outra TV... Quer dizer, o conteúdo básico, a matriz mesmo é de cunho informativo-jornalístico. Existem muitos reprodutores — o recorta e cola. O cara recorta, cola e manda adiante e já faz o comentário dele, personaliza, já diz o que ele pensa, o que ele acha. Mas a origem mesmo, o conteúdo sério, responsável, é produzido por poucos.

Uma das coisas que nós vemos nessa revolução tecnológica da comunicação que estamos enfrentando hoje é isso: todo mundo se comunica. Mas há coisa de terceira, quarta, quinta mão, e às vezes já muito deturpada em relação à origem. Os



que produzem os conteúdos básicos mesmo, as cabeças pensantes que realmente produzem os conteúdos elaborados, que dão destaque aos assuntos que realmente são relevantes, esses são poucos. Há muita gente para recortar e colar, mas pouca gente para produzir.

Acho que o papel do *Jornal da Constituinte* era esse, dentro até da comunicação da Casa, porque era a matriz. Nós tínhamos os informativos diários, que também eram instrumentos. O jornal era um consolidado, mas todo dia se produzia um material que circulava na Câmara, que ia para lá, para cá, que saía, que era transmitido no programa *A Voz do Brasil* e tal. E, na semana, fazia-se o consolidado. O *Jornal da Constituinte* era um consolidado da semana. Ele era uma avaliação mais profunda, até em caráter de revista mesmo, num tom editorial, sobre tudo aquilo que aconteceu, mas em cima do noticiário produzido no dia a dia, e que balizava, sim, o noticiário da rádio, da TV e de outros veículos de fora, da mídia privada.

16. O *Jornal da Constituinte* e a mídia privada

Não havia concorrência com a mídia privada. A grande concorrência com os jornais não se dá no nível ideológico, mas no nível comercial, e não era o caso, porque não tínhamos objetivo comercial nenhum. Em termos políticos e ideológicos, nós divulgávamos coisas que nem sempre estavam de acordo com que os jornais estavam dizendo. Muitas vezes, o *Jornal da Constituinte* pautava um jornal porque chamava a atenção para determinadas coisas às quais o jornal estava desatento. Por outro lado, os jornais davam importância, deram páginas e páginas e grande espaço na mídia para aquela emenda da licença-paternidade⁴⁷. Lembra-se? “*Porque o Deputado Alceni Guerra falou com não sei quem, com a Deputada Rita Camata e tal.*” Os jornais às vezes pegavam umas questões que, no nosso entender, tinham sua importância relativa, mas davam uma importância muito maior do que a que dávamos. Nós, por nossa vez, dávamos importância a outras questões às quais os jornais estavam mais

⁴⁷ V. Capítulo II, Artigo 7º, Inciso XIX. A sugestão foi apresentada, pela primeira vez, na forma de duas emendas de mérito e adequação do Anteprojeto na Comissão de Sistematização pelos constituintes Jofran Frejat (PFL/DF) e Bosco França (PMDB/SE), sendo ambas rejeitadas. A medida é retomada e aprovada em Plenário, em votação de 1º turno, por uma emenda do constituinte Alceni Guerra, no dia 25 de fevereiro de 1988. A repercussão negativa da proposta nos grandes jornais e até mesmo entre os líderes parlamentares levaram Alceni Guerra a defendê-la em Plenário por meio de um discurso emocionado.



desatentos, a exemplo do papel das Forças Armadas na Constituinte⁴⁸, da maneira como estávamos tratando a Ciência e Tecnologia; do porquê de a Constituinte ter colocado alguma coisa sobre Ciência e Tecnologia⁴⁹, do enfoque que estava dando; do sentido de garantir a pesquisa tecnológica, o incentivo à pesquisa no País⁵⁰.

O *Jornal da Constituinte* ia para todos os veículos, era lido por jornalistas de outros veículos que trabalhavam aqui dentro e pautava muita matéria de TV. Por exemplo, as TVs que tinham duas ou três equipes aqui dentro não tinham condições de acompanhar tudo e descobriam muita coisa: “*Veja que discussão interessante ocorreu a respeito desse assunto*”. Dessa forma, pautávamos, acabávamos gerando reportagens na TV, nos jornais, em função de o *Jornal da Constituinte* ter levantado esses temas.

17. O engajamento do *Jornal da Constituinte*

Uma coisa é verdade: o jornalismo, nós o fazemos com um pouco de paixão também. O jornalista, às vezes, não faz apenas um registro extremamente fiel, fidedigno, daquilo que está acontecendo. As pessoas acabam se envolvendo com aquilo que estão fazendo.

Nesse sentido, éramos também agentes políticos, nós participávamos disso tudo. Era aquela coisa de falarmos em nome da instituição Poder Legislativo, da corporação do Legislativo. Não é que nós tínhamos autorização. Não éramos autorizados a falar, éramos livres para falar. Eu não ia pedir autorização a ninguém para falar, mas nunca fui censurado pelo que falei. Naquele momento, o que nós falávamos? Era a questão da legitimidade. Precisávamos levar a sério aquele trabalho. Era preciso participar daquilo. Quando participávamos, tínhamos que respeitar os resultados. Víamos como havia sido o processo e sabíamos que o resultado era legítimo, que não era um resultado espúrio. Não fazíamos nada à revelia das majorias ou do que se considerava o justo e o acertado. Isso tudo era o peso político, era o que dava a legitimidade ao trabalho.

⁴⁸ V. Qual a função dos militares. *Jornal da Constituinte*, n. 1, Brasília, 1 a 7 de junho de 1987, p. 12-13.

⁴⁹ V. Futuro construído ou adquirido?. *Jornal da Constituinte*, n. 29, Brasília, 14 a 20 de dezembro de 1987, p. 8-9; Revolução Tecnológica ou destruição? *Jornal da Constituinte*, n. 53, Brasília, 27 a 03 de julho de 1988, p. 14-15.

⁵⁰ V. Tecnologia, a chave do futuro. *Jornal da Constituinte*, n. 51, Brasília, 13 a 19 de junho de 1988, p. 14.



Quando eu falava que o futuro ia nos julgar⁵¹ era porque, quando estávamos na reta final da promulgação da Carta, na redação final, já começaram umas crises: *“Ah! Essa Carta é muito longa, a Carta tem direito demais, essa Carta tem...”*. Salvo engano, acho que Saulo Ramos, que era Consultor-Geral da República no Governo Sarney, disse: *“Essa Carta vai tornar o País ingovernável”*⁵². Entendeu? Então, dizíamos: *“Espere aí, como dizer de antemão que o País vai se tornar ingovernável? Temos aqui quinhentos e tantos camaradas, que representam toda a sociedade, que participam de um processo de amplo debate durante quase dois anos, e chega um sujeito e diz que o País vai ficar ingovernável? Espere um pouco!”*

Esse foi um momento de ouro para o Congresso Nacional, para o Poder Legislativo. Nós fazíamos parte de um processo importante para o País, estávamos ali no dia a dia, registrando e acompanhando aquela discussão até a madrugada. As pessoas eram sérias. Ninguém estava lá para levar propina de fulano, bola de não sei quem, essas histórias que vemos hoje, neste ano de 2017, esse horror que estamos vendo. As pessoas estavam aqui porque acreditavam naquilo, porque elas tinham uma posição a defender: *“Olha, eu estou aqui falando em nome das mulheres do Alto Sertão da Paraíba. Estou aqui representando os produtores de lã do Rio Grande do Sul”*. Havia legitimidade, seriedade no trabalho. A sociedade acreditava mesmo! Por isso a Carta tem tantos direitos do cidadão. Todo mundo que acreditou, que vinha aqui e se fazia representar sentiu-se representado. Não podíamos permitir que, de repente, um sujeito que não estava no processo dissesse: *“Esse troço não é sério”*. Como não é sério? O sujeito passava, em cada votação, 12 horas, 18 horas discutindo cada aspecto. A maioria decidia, e era dito que não era sério? Se aquilo não fosse sério, o que seria sério? Estávamos vendo aquilo, estávamos participando, nós nos sentíamos parte daquilo e queríamos dar um testemunho fidedigno, correto, o mais adequado possível daquilo que estava acontecendo.

⁵¹ Chacon se refere às palavras “Bons e maus momentos que sempre serão lembrados. Vivamos a nossa história, e que o futuro nos julgue” com que finaliza o texto *Agora, vamos ao 2º turno* publicado na seção Carta ao Leitor, uma espécie de editorial, no *Jornal da Constituinte* de 4 de julho de 1988, nº 54, p. 2.

⁵² Uma frase semelhante foi dita pelo Presidente José Sarney em pronunciamento de TV em julho de 1988: “Em suma: os brasileiros receiam que a Constituição torne o País ingovernável” (apud Delgado, T. A história de um rebelde. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006, p. 315).



Não éramos só nós que nos engajávamos. Todo o País, toda a sociedade se engajou. *“Ah, não, mas dois anos depois o Dr. Ulysses Guimarães se candidatou à Presidência da República e perdeu. Ele teve 2 milhões de votos”*. É verdade, ele perdeu. Mário Covas perdeu, muitas pessoas importantes perderam, mas, graças a esta Carta, a esta Constituição, é que respeitamos o resultado da eleição. Elegeram Fernando Collor, um irresponsável que não estava preparado para governar o País, mas nós respeitamos o resultado das urnas. Podia ter saído uma Carta e alguém ter dito: *“Ah, não. Eu vou impugnar”*. De repente, meia dúzia de notáveis iria lá e impugnaria o resultado de qualquer eleição. Dessa maneira, a eleição estabeleceu-se democraticamente.

Hoje, 30 anos depois da Constituinte, estamos numa séria crise econômica, numa crise política, numa crise moral no País, mas as instituições estão aí, as instituições funcionam. O Ministério Público funciona, trabalha com independência; o Judiciário julga com independência e ampla liberdade. Parte do Legislativo está sendo atingida por essa devassa moral, mas as instituições e o País continuam funcionando, as liberdades continuam, a imprensa está livre, as eleições periódicas estão acontecendo. Podemos eleger alguém melhor ou pior, mas estamos elegendo. A democracia está funcionando. É isso o que importa. Como dizem, *“o povo tem até o direito de errar, mas o povo precisa decidir, opinar”*. Se ele decidiu errado, se votou errado, nós vamos arcar com isso, é o peso, mas isso não é argumento para se impedir o povo de votar ou a sociedade de decidir o seu destino.

18. O *Diário da Constituinte* e a TV Câmara

O *Diário da Constituinte* foi uma criação da própria Assembleia Nacional Constituinte. Ela própria aprovou uma deliberação interna. A Constituinte gastou boa parte de seu tempo discutindo, primeiro, o Regimento Interno. O pessoal não entendia por que se discutia isso. Eu dizia: *“Meu amigo, é porque no Regimento Interno é que se define o poder da maioria, da minoria, o poder do relator, o poder do revisor, enfim”*. As regras do jogo são muito importantes. As regras podem definir quem ganha o jogo. Mas o pessoal não entendia por que se discutia tanto.



Uma das regras que a Constituinte aprovou foi a divulgação, em rede nacional de rádio e televisão, dos trabalhos da Constituinte⁵³, porque naquela época a televisão, era muito forte. Naquela época de 1984 e 1985, o *Jornal Nacional* tinha 80 milhões de telespectadores — hoje ele tem 40 milhões. O País, naquela época, tinha 100 milhões de habitantes, e o *Jornal Nacional* tinha 80 milhões de telespectadores. Os constituintes sabiam como era importante que o trabalho da Constituinte fosse divulgado pela televisão em caráter obrigatório e não ficasse exclusivamente na dependência da boa vontade e nem mostrado apenas sob a ótica dos proprietários, dos editores da mídia privada.

O *Diário da Constituinte* era feito aqui dentro, por uma equipe da antiga Radiobrás, hoje EBC, e acompanhado aqui de perto, porque ele não tinha realmente uma interferência externa da Constituinte. Era aqui dentro que se decidia. Havia uma discussão. É claro que os Deputados e os Senadores eram ouvidos. Foi uma decisão da própria Constituinte, de ter uma divulgação isenta e ampla. Era uma rede nacional de rádio e televisão que transmitia antes ou depois do *Jornal Nacional*. Se não me engano, eram 5 minutos antes do *Jornal Nacional*, para dar realmente uma ampla divulgação aos trabalhos, independente do que os jornais, as TVs e os telejornais divulgassem ou não⁵⁴. Todo mundo viu. E foi interessante porque os próprios Deputados e Senadores viram o poder da mídia. Daí a ideia de se criar veículos próprios de comunicação.

O Senado saiu primeiro que a Câmara. O Senado criou a *TV Senado* e uma central de vídeo do Senado antes que a Câmara o fizesse. Nós voltamos à carga nessa questão da *TV Câmara* na revisão constitucional de 1993, porque a própria Constituição marcava aquela revisão constitucional para 1993. Na revisão constitucional, acharam por bem os revisores não criar essa rede nacional de rádio e TV nos moldes da Constituinte — “*olha, não é mais o caso, é uma revisão*” —, o que foi um grande negócio. A revisão constitucional só resultou numa alteração na Constituição, que foi o Fundo Social de Emergência, a atual DRU — Desvinculação de Receitas da União. Essa foi a única medida de fato que se aprovou na revisão

⁵³ V. Título V – Disposições Gerais, Capítulo I – Da divulgação dos Trabalhos, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, Resolução n. 2, de 25 de março de 1987, em especial, o Artigo nº 76.

⁵⁴ V. Artigo nº 76, *caput*.



constitucional de 1993. Todas as outras questões se frustraram por causa do plebiscito, que foi favorável à manutenção do presidencialismo. A revisão, que fora projetada para fazer a adaptação para o parlamentarismo, frustrou. Não se aprovou quase nada⁵⁵.

Nessa revisão constitucional, tínhamos uma equipe que trabalhava fazendo o acompanhamento do trabalho dos Deputados. Na revisão constitucional houve certo confronto entre Câmara e Senado para ver quem iria presidir essa revisão constitucional, se o Presidente da Câmara ou o Presidente do Senado. Enfim, houve uma série de atritos entre os poderosos da época sobre quem iria comandar esse processo de revisão constitucional.

Nessa época, ficamos muito na dependência da *TV Senado*, porque produzíamos reportagens, mas o material era editado e condensado depois, na *TV Senado*, e mandado para as emissoras públicas, que tinham o dever de divulgar a revisão constitucional. Não havia uma rede nacional de rádio e TV. As emissoras públicas, por lei, eram obrigadas a divulgar os 5 minutos diários da revisão constitucional⁵⁶. Foi quando aguçou a nossa visão: *“Olha, nós precisamos criar, de fato, a nossa própria central de vídeo”*. Quando se votou a Lei do Serviço de TV a Cabo⁵⁷, juntamos a fome com a vontade de comer, tocando a ideia do projeto da *TV Câmara*.

A *TV Câmara* foi a primeira TV totalmente digital do Brasil. A tecnologia era ainda totalmente analógica. A TV digital estava começando no mundo. A questão da TV digital foi muito importante porque nós tínhamos a preocupação de não gastar dinheiro público à toa, de economizar o dinheiro público. Já estávamos com um projeto de compra do equipamento da TV da Sony. Já estavam todos prontos os processos. Iríamos comprar os equipamentos, quando fomos — o Ronaldo Paixão, e eu — a um evento anual que ocorre em Las Vegas, a NAB⁵⁸.

⁵⁵ O processo de revisão constitucional ocorreu entre 13 de outubro de 1993 e 31 de maio de 1994. Foram votadas apenas 19 emendas, sendo 13 rejeitadas e 6 aprovadas. Cf. Melo, Marcus André. O jogo das regras – A política da reforma constitucional de 1993/6. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 63-85, 1997.

⁵⁶ V. Resolução n 1, de 1993-RCF, Título III, Capítulo 1 – Da divulgação dos trabalhos, Artigos 23-27. A obrigatoriedade de divulgação em rádio e TV por cinco minutos consta do Artigo 24.

⁵⁷ Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995.

⁵⁸ NAB show é uma feira anual da *National Association of Broadcasters* (NAB).



Chegamos de lá dizendo: *“Olha, cara, a TV digital deu um salto, de 2 anos para cá, coisa que nós não estamos sabendo no Brasil. Mas o mundo digital chegou à televisão para valer”*. Essa explosão digital que vemos hoje deu-se naquela época. Então, dissemos: *“Olha, vem cá, vamos pegar aquele processo da Sony, vamos parar tudo aquilo lá. Nós não vamos comprar nada analógico, vamos comprar tudo digital. Vamos ver preço”*. Aí fomos ver o preço, e era praticamente o mesmo preço. *“Rapaz, vamos para o digital. E, nos próximos 10 anos, não precisamos mexer em nada. Nós não temos que fazer renovação de equipamento, troca de equipamento.”*

19. A divulgação do Legislativo como notícia

O processo legislativo é complexo, não é simples. Aparentemente é, mas há detalhes e procedimentos. Por exemplo, quando houve aquele texto final da Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, começou a haver uma discussão diária no plenário, artigo por artigo. Havia os destaques de votação em separado e as emendas supressivas. Virou moda. Criaram-se no processo da Constituinte as emendas aglutinativas. Dessa forma, você tinha que explicar para o cidadão: *“Olha, está-se votando um destaque de votação em separado. O que é isso? Qual é a diferença de um destaque de votação em separado para uma emenda supressiva? O que é uma emenda aglutinativa? Como aparece uma emenda aglutinativa assinada por todos os Líderes? Você tinha que explicar.*

O próprio dia a dia do Legislativo não é popular. O nosso Legislativo, principalmente nos países latinos, ainda é um pouco sofisticado. Existe o tratamento de “S.Exa.”, existe todo um formalismo no trato, nos procedimentos, quanto a questões de ordem. Se se quer legitimidade, que o trabalho legislativo seja compreendido e respeitado pelos amplos segmentos da sociedade, é preciso explicar o que está acontecendo, mostrar como se faz isso, como funciona: *“Por que é assim? Por que se vota primeiro um destaque para votação em separado e depois uma emenda supressiva? Por que não é o contrário?”* Enfim, são vários aspectos que se tem que tentar esclarecer, primeiro, para as pessoas não ficarem desconfiadas de que há mutreta, não é verdade? *“Poxa, esses cara estão aprovando isso aqui e, de repente, vão lá, votam a emenda e derrubam.”* *“Não, isso é do processo, meu amigo. A democracia é assim. Há uma coisa, que é o consenso maior. Agora, há um*



detalhezinho ali que não é consenso. E, no detalhe, divide. Então, você tem que apurar qual é a vontade da maioria, nesse particular”. Há toda uma série de procedimentos que você precisa esclarecer.

20. Avaliação do *Jornal da Constituinte*

O jornal foi um negócio muito importante. Acho que, na época, ele foi importante para divulgar o trabalho da Constituinte, mostrar a relevância dos temas tratados, mostrar em profundidade tudo o que foi discutido, levar a algumas áreas do País o que não estava disponível por outros meios, porque não havia realmente um detalhamento, um aprofundamento de discussão. Ele abriu espaço para muitos Parlamentares que não tinham espaço na mídia. Porque, infelizmente, a mídia privada tem seus queridinhos. Ela gosta do cara que é bonito, que fala bem, que é bem articulado. Um cara pobre, feio, gago não tem vez na mídia privada: *“Poxa, esse cara atrasa o jornal!”* Você precisa de uma declaração de 12 segundos, o cara leva 30 segundos para falar porque arrasta muito a coisa. Serviu até para isso, para mostrar personagens, figuras do processo político que, em outras condições, não teriam tanta proeminência, não teriam ocupado o seu devido lugar nessa história.

Além disso, ele fica também como registro histórico de todo aquele período. Nós estamos em constante processo de revisão histórica, de revisão de procedimentos — fez certo, fez errado, foi assim, não foi, e tal, e tal, e tal. Você pelo menos tem alguns balizamentos. Acho que ele foi um balizamento. É o que se diz. *“Olha, puxando um pouco a brasa para o Legislativo...”*. É, sim, puxar um pouco a brasa para o Legislativo, porque ele era um jornal do Legislativo, ele não foi feito para ser um veículo de combate à Constituinte, para bater no Legislativo. Para falar mal dos Deputados, dos Senadores, existem aos montes por aí, mas para realmente dizer o que estava acontecendo e tentar transmitir uma visão, vamos dizer, mais isenta, e talvez até um pouco favorável ao trabalho, destacando os aspectos favoráveis do trabalho, não havia muito. Ele teve essa importância. Como se diz, gente para bater há muita, mas, para defender, em geral, há muito pouca, principalmente nas crises. Há muita gente para malhar o Judas. Sempre é assim.

O jornal teve esse papel de mostrar aspectos importantes, relevantes da Constituinte, que, em outras circunstâncias, teriam passado até despercebidos.



21. Avaliação da comunicação na Constituinte

O trabalho geral da comunicação na Constituinte poderia ter sido melhor. Como se diz, a melhor coisa é fazer os prognósticos depois do resultado. Dizer “*poderia ter sido melhor isso, poderia ter sido melhor aquilo*” é muito fácil. É fácil fazer a crítica depois do produto pronto e acabado.

Naquele momento, primeiro, havia um fato inédito — a Constituinte era um fato inédito. Foram 20 anos de ditadura, e o Legislativo não funcionava. Não havia experiências de comunicação no Poder Legislativo. Tateamos muita coisa, tivemos que experimentar muita coisa. Naquele formato do *Diário da Constituinte*, na TV, se formos conferir mesmo, não havia muita votação de Plenário. Era basicamente uma entrevista. Por quê? Porque, na entrevista, sintetiza-se o que aconteceu. Você dá uma notícia rápida, e vem uma pessoa que comenta e explica: “*Olha, foi assim, assim, assim e assado*”. Por quê? Por causa da restrição de tempo do veículo. Cada veículo tem a sua peculiaridade. Você precisa adaptar o formato e o conteúdo às limitações do veículo.

Foi um trabalho muito legal, por ser pioneiro e por estar tentando, experimentando, no dia a dia, para ver o que dava certo e o que não dava. Havia coisas que não davam certo e eram corrigidas e arrumadas, entendeu? Agora, acho que atingiu os objetivos, na época, que divulgou a contento. Toda a sociedade tomou pleno conhecimento da Constituinte. A sociedade participou, veio aqui para dentro. Havia dias em que havia 5 mil pessoas dentro da Câmara. Aí tinha que fechar. Eram 5 mil pessoas aqui dentro, e 10 mil pessoas lá fora, gente chegando e gente saindo. Enfim, foi um processo muito rico para o País, para a sociedade.

Acho que se discutiu, que se passou a limpo realmente o modelo que existia no País — econômico, social e político. O trabalho foi relevante, importante, e atingiu os objetivos. Poderia ter sido melhor? Poderia ter sido, mas dentro daquelas condições da época e da realidade da época.

Aquilo ali foi um pouquinho antes... “*Ah! Poderia ter divulgado mais*”. Olha, para se ter uma ideia, naquela época, os computadores estavam chegando ao Brasil. Na Constituinte, só quem tinha computador era a Comissão de Sistematização e a Secretaria-Geral da Mesa. Nós, os demais funcionários, trabalhávamos ainda com



máquina IBM elétrica. Não havia essa facilidade de texto. Começamos a ver aqueles processos de editor de texto na assessoria do Relator da Constituinte. A partir de 1988, de 1989, houve ampla utilização dos recursos de informática na produção legislativa. Até então, não⁵⁹. A Câmara, naquela época, não tinha nem Internet. Dentro daquela realidade que tínhamos na época, do processo gráfico, do processo de televisão, o trabalho foi interessante, foi bem feito. Poderia ter sido melhor — sempre poderia ter sido melhor —, mas acho que foi à altura daquele momento e que, de acordo com as necessidades, atendeu a contento.

Todo mundo que participou desse processo se sentiu muito gratificado. Foi muito gratificante realmente sair de lá com a sensação de dever cumprido, de não sair e dizer: *“Poxa, o que eu fiz hoje?”* Você sabia exatamente o que tinha feito. Tinha feito muita coisa, participado de muita coisa. O País estava mudando de fato, e estávamos vendo essa mudança. Isso tudo é muito gratificante, do ponto de vista pessoal, e muito edificante, do ponto de vista coletivo da sociedade como um todo. Foi muito legal.

22. O Programa História Oral

Eu agradeço a oportunidade de falar para o Programa de História Oral. Sempre tive muito orgulho de trabalhar na Câmara. Trabalhei aqui durante 39 anos. A Câmara marcou a minha vida. A coisa mais importante que fiz na vida foi trabalhar na Câmara dos Deputados. Para mim, é motivo de muito prazer poder estar aqui falando sobre a Constituinte, que foi o auge do Poder Legislativo, um momento muito importante do Legislativo e também da minha vida, e poder dar uma contribuição também para o Núcleo de História Oral, que sei que tem um trabalho muito importante para fazer pela Câmara dos Deputados. Acho que o Núcleo de História Oral precisa ser incentivado, apoiado e fazer muito pelo nosso País, porque ainda somos muito pobres em matéria de história. Os nossos registros de tudo o que fizemos e fazemos são muito precários. Vocês estão de parabéns. Eu agradeço imensamente, sensibilizado, por esta

⁵⁹ Ainda que um Centro de Processamento de Dados da Câmara dos Deputados tenha sido criado em 1984 (Resolução nº 115, de 6 de dezembro de 1984), o processo de informatização da Câmara dos Deputados teve início efetivo com a implantação das propostas da Comissão de Modernização Administrativa, de 1989, a criação do Centro de Operações e Suporte Técnico de Informática e Automação, em 1990 (Portaria nº 669, de 29 de novembro de 1990), a constituição do Grupo de Trabalho para informatização da Câmara dos Deputados (Ato do Presidente de 11 de novembro de 1991) e o Plano Diretor de Informática da Câmara dos Deputados, de 1991.



oportunidade de falar a esta Casa, à qual eu pertenci com muito prazer e muito orgulho.

Obrigado.

DADOS TÉCNICOS DA ENTREVISTA

1. Data: 22/05/2017
2. Local: Salão Nobre
3. Duração: 1h42 minutos
4. N° do arquivo: 001
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo Cosson
6. Entrevistador: Rildo Cosson; Lígia Cristina de Pinheiro da Silva - Assistente; Rodrigo Ruperto Souza Xavier – Estagiário.
7. Equipe de vídeo: Luiz Felipe Matos – Diretor; Lia Tavares – Produtora; Cícero Bezerra – Cinegrafista; Misael do Rosário – Assistente de cinegrafia
8. Fotografia: Luis Macedo
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 09/06/2017
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota